

Jericoacoara, paraíso ecológico ameaçado

Ambientalistas reagem a plano de urbanização do governo do Ceará que prevê construção de hotéis e piscinas

Fábio Seixo/23-11-99

Jailton de Carvalho

• BRASÍLIA. A vila de Jericoacoara, no Ceará, que virou símbolo mundial do turismo ecológico pelo eterno clima de aldeia, se transformou, nas últimas semanas, num palco de tenso conflito. Moradores da vila e ecologistas do Brasil e do exterior estão travando uma queda-de-braço com o governo para impedir a implementação do novo plano diretor de desenvolvimento urbano. Para a legião de fãs da aldeia, o plano é uma intervenção urbana drástica, que vai desfigurar a paisagem, uma das dez mais belas do mundo, e fazer de Jeri, como é carinhosamente chamada, um ponto de turismo de massa.

Pelo projeto, que receberá um polpudo financiamento do Banco Mundial, será liberada a construção de casas de dois pavimentos, a edificação de hotéis e a construção indiscriminada de piscinas.

Plano inclui até estrada para acesso indiscriminado

O plano — conjunto de medidas de âmbito estadual, municipal e federal — prevê ainda o alargamento das ruas centrais, a construção de calçadas em alguns trechos da área urbana e a pavimentação de uma estrada que, pela primeira vez, permitirá o acesso de qualquer tipo de carro. Hoje, só é possível chegar à vila de caminhão ou de carro de tração nas quatro rodas.

— Essas mudanças, aparentemente simples, terão um



A PEDRA FURADA, uma das atrações de Jericoacoara, que pode ser afetada pelo turismo de massa ao qual a urbanização dará acesso

efeito devastador. A vila vai perder seu clima intimista, de paraíso perdido, para virar uma praia como tantas outras — protesta Alex Furtado, líder da organização SOS Jeri, criada exclusivamente para combater a urbanização.

Segundo o professor de geomorfologia Jeovah Meireles, da Universidade do Ceará, uma simples mudança no garbarito já provocou uma explo-

são no mercado imobiliário. Hotéis e pousadas já estão sendo construídos. O professor calcula que, em pouco tempo, a cidade terá aproximadamente dez mil leitos. Hoje, os hotéis e pousadas têm de apenas 810 leitos. O limite no número de leitos era, até então, um meio de se restringir a entrada de turistas na vila e, com isso, conter o processo de degradação ambiental.

Jeovah sustenta ainda que a construção de piscinas, também uma medida aparentemente inofensiva, aumentará a demanda dos lençóis freáticos. Esse é um assunto delicado. Jeri está numa região desértica e, segundo o professor, se não proteger devidamente suas fontes, poderá ser castigada com a falta de água.

— A vila está numa planície costeira e não tem a mínima

condição de acolher o turismo de massa, como é o objetivo dessa intervenção — diz.

Os ambientalistas alegam que os turistas procuram Jeri para pisar na areia, manter contato direto com a natureza e fugir dos padrões de conforto da civilização. São ideais que, para eles, nada têm a ver com a proposta do governo.

Os integrantes do SOS Jeri acham que as dificuldades de

acesso ajudam a reforçar o mito de aldeia recôndita, onde só vai mesmo quem está disposto a escapar da mesmice do turismo de massa. Para os ambientalistas, a tentativa de urbanização só atenderá às redes de grandes hotéis.

A disputa é tão complicada que está prestes a chegar aos tribunais. O promotor Paulo Henrique Trece informou que, ainda esta semana, entrará com uma ação pedindo o embargo das obras. O promotor decidiu recorrer à Justiça porque até agora o Ibama ainda não apresentou um estudo sobre as consequências da intervenção no meio ambiente.

— Isso é elemental. Sem o estudo de impacto ambiental do Ibama essas obras têm que ser paralisadas — diz.

Promotor diz que mangue foi aterrado para resort

O promotor também vai pedir a responsabilização por crime ambiental da gerente do Parque Nacional de Jericoacoara, Regina Maria Nascimento, e de José Odécio, um dos fiscais do Ibama. Segundo o promotor, os dois nada fizeram para coibir o aterro do mangue, onde deverá ser construído um resort.

O secretário de Turismo de Jeri, César Eros Júnior, desligou o telefone ao ser informado do objetivo da entrevista. O GLOBO não conseguiu localizar a coordenadora de Políticas Urbanas do Ceará, Marilac Ximenes, única pessoa do governo autorizada a falar sobre a intervenção. ■